

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Projeto ALTIN – Apreciação da Conjuntura Nacional – Anexo H

DATA DE PRODUÇÃO: 10 de setembro de 1974

ORIGEM DO DOCUMENTO: SNI

GRAU DE SIGILO: Secreto

NÚMERO DE PÁGINAS: 51

DESCRIÇÃO:

Anexo H – Análise das críticas a ministros do governo.

ANEXO - H

CRÍTICAS A MINISTROS DO GOVERNO

ANEXO - H

ÍNDICE

ANÁLISE DA AC	Pg - 1
APRECIACÃO DA AMA	Pg - 1
APRECIACÃO DA ABE	Pg - 2
APRECIACÃO DA AFZ	Pg - 4
APRECIACÃO DA ARE	Pg - 6
APRECIACÃO DA ASV	Pg - 7
APRECIACÃO DA ABH	Pg - 10
APRECIACÃO DA NAGO	Pg - 13
APRECIACÃO DA ABS	Pg - 14
APRECIACÃO DA ACG	Pg - 15
APRECIACÃO DA ARJ	Pg - 16
APRECIACÃO DA ASF	Pg - 28
APRECIACÃO DA ACT	Pg - 44
APRECIACÃO DA APA	Pg - 46

ANÁLISE DA AGÊNCIA CENTRAL

CRÍTICAS A MINISTROS DO GOVERNO.

Existe, ainda, no País, expectativa em torno da atuação da grande maioria dos Ministros do Governo Federal, em face do pouco tempo decorrido desde suas posses. As críticas endereçadas diretamente às pessoas físicas são ínfimas, tanto que somente o Ministro da Fazenda, em GOIÁS, e o da Justiça, na BAHIA, sofreram tais restrições.

O primeiro, em GOIÁS, teve difundida a imagem de boêmio e de fácil envolvimento por pessoas de má-fé, sendo considerado depreciativo o seu relacionamento com JOSÉ DE AQUINO PORTO, Presidente da Federação das Indústrias/GO e seu envolvimento por IBERÊ MONTEIRO DO ESPÍRITO SANTO, do Grupo Publicitário LEGENDA/IVIERA. Ainda agora circulam insistentes boatos na GUANABARA sobre a próxima substituição do Ministro para cuja efetivação seria fator dominante - não comprovado, cabe assinalar - a excessiva ingerência de bebidas alcoólicas.

O Segundo, na BAHIA, teve sua nomeação recebida com reservas por setores da opinião pública que não o aceitaram como elemento integrado na Revolução, em razão do seu passado político.

De um modo geral, a opinião pública brasileira, sensibilizada pelos meios de divulgação, tem se manifestado contra a alta do custo de vida e a assinalada divergência de informações entre os Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, no tocante ao aumento dos combustíveis.

Por sua vez, no Sul do País, o Ministro da Agricultura vem recebendo críticas às medidas adotadas no tocante ao problema da soja.

O Ministro do Interior tem sido alvo de críticas indiretas, como consequência de distorções no processo de correção monetária que ora sofrem os imóveis construídos pelo BNH. Tais distorções são agravadas pelo sistema financeiro de habitação, dentro do qual são oferecidas unidades residenciais a preço acessível às posses dos financiados, e depois, com estes já comprometidos, as despesas se multiplicam, levando muitos adquirentes a abandonar o que compraram e a perder o que aplicaram.

Já o Ministro da Saúde tem sofrido restrições maiores em face dos problemas causados pelo surto de meningite.

O Ministro GOLBERY desfruta de conceito favorável perante a opinião pública do PARÁ. Na BAHIA, o Chefe da Casa Civil é considerado o "homem forte" do Governo e o que tem maior influência junto ao Presidente GEISEL, que acata quase sempre as suas opiniões e sugestões. Nos meios po-

líticos é apontado como o mentor da "abertura política" e como o responsável pela escolha dos candidatos a Governador e a Senador. Nos setores de esquerda e do clero "progressista" (Equipe do CEAS), é considerado o coordenador da equipe governamental. Os mesmos setores consideram a sua presença no Governo como a garantia da continuação do "castelismo", por considerá-lo um teórico da "interdependência" com os EEUU e por ser ex-presidente da "DOV CHEMICAL". Em todos os setores é considerado inteligentíssimo, com grande tino e habilidade política, constando ser muito bem informado, por possuir um serviço de informações particular com ramificações em todo o BRASIL. Perante a opinião pública, o nominado desempenha um papel semelhante ao do ex-Ministro DELFIN NETO no Governo MÉDICI, embora com estilo mais discreto.

Mesmo diante do quadro que se apresenta, os Ministros do Governo, nestes cinco meses no exercício de seus cargos, não têm sido contundentemente criticados. O que ocorre, na verdade, são os chamados "desabafos" da opinião pública, muitas vezes favorecidas por distorções provocadas pela imprensa.

Existe ainda, além de expectativa, um clima de confiança no atual Ministério pelo tom realista de que se revestem os pronunciamentos de vários Ministros.

* * *

AGÊNCIA MANAUS

Até a presente data não surgiram críticas aos atuais Ministros de Estado; o conceito dos integrantes do Ministério é muito bom perante a opinião pública da área, embora alguns deles ainda sejam praticamente desconhecidos na Amazônia Ocidental.

AGÊNCIA BELÉM

- 1) O Sr MAURICIO RANGEL REIS, titular do MINTER é o ministro do atual Governo sobre o qual tem recaído críticas, embora indiretamente, em face da atuação de órgãos vinculados a sua Pasta: SUDAM, BASA e BNH, críticas essas assim sintetizadas:
- a) SUDAM - as críticas a essa Autarquia são oriundas das classes empresarial, política e técnica e objetivam a reformulação do mecanismo dos incentivos fiscais, a adequação à realidade e sua harmonização à política de desenvolvimento da Região; e a eliminação de intermediário privado (corretagem dos incentivos fiscais), ficando os órgãos governamentais (SUDAM ou seu agente financeiro, o BASA) responsáveis pela captação e aplicação dos recursos fiscais em empreendimentos econômicos de acordo com as prioridades fixadas.
- Outras críticas referem-se ao fracasso de muitos projetos, em face da não fiscalização dos mesmos por parte da SUDAM, e a falta de coordenação desse órgão na "elaboração e na execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais".
- b) BASA - Houve acusação à administração do BASA de corrupção administrativa, tornada pública por denúncia à Câmara Municipal de Belém, feita na sessão de 24 JUN 74 pelo vereador JOSÉ FERNANDES CHAVES, e reportada na Câmara dos Deputados, através pronunciamento do Sr JULIO VIVEIROS (v. Diário do Congresso de 29 JUN 74).
- No dia de sua investidura (23 AGO 74) na presidência dessa Instituição Financeira Pública, o Sr FRANCISCO PENHA foi criticado pela classe empresarial (produtores de borracha) do Estado do AMAZONAS, em face das medidas adotadas por aquele ex-diretor e que redundaram em dificuldades à referida classe. Essas medidas prejudiciais dizem respeito ao problema da marca e contramarca que foi criada pelo BASA quando o Sr FRANCISCO PENHA era Diretor da Carteira de Crédito Geral, (problema esse, liberado pela SUDHEVEA mas exigido pelo BASA, que já reteve cem toneladas de borracha e que pode, num curto prazo, determinar o fechamento de usinas, causando o desemprego em massa)

- No caso CAPAF (ver Infão 1208/19/ABE/74), a solução apresentada pela Diretoria do BASA, que culminou com a decisão do Ministro do Interior mandando suspender os pagamentos dos inativos, gerou um descontentamento geral, entre os funcionários do BASA, inclusive os da ativa, que se viam despojados de sua Caixa de Previdência, para a qual haviam descontado a vários anos. Posteriormente, o Ministro do Interior reconsiderou a sua decisão e o assunto continuou em estudo naquele Ministério.

c) BNH - as críticas procedem da classe política (legislativo estadual e municipal) e da opinião pública e residem na existência de distorções no processo de correção monetária, que precisam ser corrigidas, pois sua coexistência com a inflação acaba realimentando o processo inflacionário. Objetivam o financiamento total da compra da casa ou apartamento, e a diminuição de gastos com comissões, escrituras, hipotecas, etc, visando, afinal, amortizações mensais compatíveis com o orçamento real dos financiados.

A falta de providências governamentais para a burla que certas firmas construtoras credenciadas pelo Sistema Financeiro da Habitação no Pará praticam com os financiados, oferecendo casas por preço acessível as suas posses e, depois que os mesmos já estão comprometidos, apresentando despesas que multiplicam os compromissos ao porte dos adquirentes terem de abandonar o que compraram e perder o que aplicaram.

2) Desfrutam de conceito favorável perante a opinião pública os seguintes ministros: NEY BRAGA (MEC), GOLBERY DO COUTO e SILVA (Gabinete Civil) e SHIGEAKI UEKI (Minas e Energias), sendo que este, conjuntamente com o Governo, poderá sofrer um desgaste na sua imagem perante a opinião pública, caso seja entregue ao MARANHÃO a exploração, exportação e transformação do minério de ferro da Serra dos Carajás, no PARÁ. Recente-se a opinião pública da falta de informação, na qual o titular das Minas e Energias deve fornecer argumentos para formação de juízo justo, em termos nacionais.

Quanto aos titulares das demais pastas nada a registrar

AGÊNCIA FORTALEZA

1) Principais críticas surgidas contra Ministros do atual Go
verno.

a) Ministro MARIO HENRIQUE SIMONSEN, da Fazenda. As classes empresariais, através da imprensa, tecem críticas ao não cumprimento de suas declarações a respeito de modificações a serem introduzidas no ICM visando tornar a renda desse imposto mais equânime entre Estados produtores e consumidores.

b) Ministro EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA, das Comunicações. Setores ligados à publicidade e imprensa consideraram "infeliz" o seu pronunciamento a respeito do IBOPE.

c) Ministro RANGEL REIS, do Interior. Classes produtoras do interior do CEARÁ e setores ligados a órgãos do Governo do Estado criticaram o retardo da liberação de recursos destinados a ressarcir prejuízos decorrentes das enchentes ocorridas no corrente ano. Também setores mais identificados com a Revolução estranharam a divulgação de Relatório do Ministério do Interior contendo severas críticas ao sistema de "colonização oficial da Transamazônica", assunto que serviu de repasto aos meios que fazem oposição aos Go
vernos da Revolução.

2) Conceito dos Ministros do Governo, perante a opinião pública.

a) Não há ainda um juízo formado da opinião pública da Área sobre os Ministros do atual Governo.

Mesmo entre as camadas mais esclarecidas do público, não se verifica um pleno conhecimento dos titulares dos diversos ministérios, possivelmente, dado ao pouco espaço de tempo em que se encontram investidos nessas funções. Na apresentação geral dos Ministérios, realizada pela Rede Nacional de Televisão, no início de suas gestões, a impressão colhida perante as referidas camadas foi muito boa.

b) De um modo geral, observa-se nos setores mais atentos às atividades da equipe ministerial, um clima de confiança gerado, particularmente, pela ausência de "vetetismo" e pelo tom de realismo com que se revestem os pronunciamentos de vários Ministros. Destacam-se neste particular os Ministros MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, SHIGEAKI UEKI e SEVERO GOMES.

c) Dentre os atuais Ministros, o mais conhecido na Área desta AR é o Sr. ARMANDO FALCÃO, ex-militante político no Ceará. A escolha de seu nome foi recebida com reservas pelos círculos mais chegados ao Movimento Revolucionário de 1964. Entretanto, observa-se, atualmente, que essas restrições estão atenuadas, particularmente, após sua atuação no problema ocorrido com o Dep Fed FRANCISCO PINTO.

AGÊNCIA RECIFE

1) Críticas específicas, feitas a Ministros do Atual Governo, não têm sido observadas na área.

O que se observa, no seio da opinião pública, são mais "decaafos", contra os Ministros que atuam no campo econômico-financeiro, motivados pelos aumentos que refletem na alta do custo de vida.

Nesse aspecto, os mais visados são os Ministros da Fazenda, de Agricultura e de Minas e Energia.

2) Os conceitos em que são tidos os atuais Ministros do Estado, pela população em geral, são feitos através da comparação com o do Governo anterior. Nesse aspecto, resalta-se o Ministro de Minas e Energia que é tido como um homem profundamente conhecedor dos assuntos de sua pasta, operoso e entusiasta; ao contrário do atual Ministro dos Transportes, considerado apático e sem entusiasmo.

AGÊNCIA SALVADOR

1) - Principais críticas contra Ministros do atual Governo, ressaltando a origem das mesmas:

De um modo geral tem havido muito cuidado na apreciação da atuação dos Ministros de Estado, seja por parte do público como da imprensa, em ambos os casos evitando-se / o ataque pessoal. As principais críticas assinaladas contra os Ministros atuais foram as seguintes:

- Ministro SHIGEMAKI Ueki, das Minas e Energias - Demonstros ser pouco informado e/ou não ter o controle absoluto do seu setor. Declarou recentemente que não haveria aumento nos combustíveis e, poucos dias depois, era determinado / o aumento dos mesmos. (Anexo Nr. 37).
- Ministro KEY BRAGA, da Educação - Tem sendo apontado nos meios universitários como partidário da elitização do / ensino superior, através da institucionalização do ensino pago, assunto que teria sido retomado pelo mesmo. Continua as críticas contra a insuficiência de verbas para as Universidades, deficiências numérica e qualitativa dos docentes e lentidão na implantação da Reforma.
- Ministro PAULO ALMEIDA MACHADO, da Saúde - A imprensa local, principalmente a "Tribuna da Bahia" fez críticas veladas ao seu Ministério pelo despreparo para / enfrentar a epidemia de meningite, principalmente em São Paulo. Foi também muito criticado o sigilo que / cercou o assunto, considerado como sonegação de dados à imprensa, para que o povo não tivesse conhecimento da real situação da moléstia. (Anexo Nr 38 a 40).
- Ministro EUCLIDES QUANTZ DE OLIVEIRA, das Comunicações:
O jornal "Tribuna da Bahia", ao comentar declarações suas a respeito das distorções causadas pelas empresas de publicidade, procurou insinuar que o mesmo desconhece o papel e os objetivos das citadas empresas.
Quanto aos demais Ministros de Estado não foram assinaladas críticas dignas de registro. A anunciada transferência

cia da CHESP para RECIPE tem sido muito combatida por toda a imprensa de SALVADOR e, caso seja confirmada, é de se esperar violentas críticas ao Ministro de Minas e Energia.

2) - Conceito dos Ministros do Governo perante a opinião pública:

- Ministro GOLBERY DO CONTO E SILVA, Chefe da Casa Civil: É considerado pela opinião pública da área como um superministro, o "homem forte" do Governo e que tem maior influência junto ao Presidente GOMES, que acata quase sempre as suas opiniões e sugestões. Nos meios políticos é apontado como o mentor da "abertura política" e como o responsável pela escolha dos candidatos a Governador e a Senador. Nos setores de esquerda e do clero "progressista" (Equipe do CEAS) é considerado o coordenador da equipe governamental. Os mesmos setores consideram a sua presença no governo / como a garantia da continuação do "castelismo", por considerá-lo um teórico da "interdependência" com os EEUU e / por ser ex-presidente da DOW CHEMICAL. Em todos os setores é considerado inteligentíssimo, com grande tino e habilidade política, constando ser muito bem informado, por possuir um serviço de informações particular com ramificações em todo o Brasil. Perante a opinião pública, o nominado desempenharia um papel semelhante ao do ex-Ministro DEBILIM NETO no Governo MÉDICI, embora com estilo mais discreto.

- Ministro ARMANDO FAICÃO, da Justiça. A sua nomeação foi recebida com muitas reservas da parte de alguns setores da opinião pública, que não o aceitam como integrado à Revolução de 1964, em razão do seu passado político. Para esses setores é considerado um hábil político, acomodaticio, oportunista, de cuja fé revolucionária duvidam. Julgam que as / suas declarações na TV, apregoando medidas severas contra a corrupção e a subversão, soam falsas, por não encontrarem respaldo na imagem anterior a 1964 de quem as pronuncia.

- Ministro PAULO ALFREDO MACHADO, da Saúde. - Há, em alguns setores / médicos locais, restrições a sua escolha e dúvidas quanto a sua / capacidade administrativa e técnico-profissional. Esses setores / não o consideram o homem indicado para dinamizar um Ministério / que tem fama de ser inoperante e burocratizado.
- Ministro GERALDO DE AZEVEDO HENNING, da Marinha. - Goza de excelen- / te conceito na opinião pública da área, onde desfruta de amplo cír- / culo de amizades, que datam do seu comando no 2º Distrito Naval, / aqui sediado. Considerado um perfeito "gentleman", inteligente e / culto, recebeu o título de "Cidadão Baiano" e não tem sofrido crí- / ticas na área.
- Ministro SYLVIO CORLEO COUTO DA FROTA, do Exército. - Goza de exce- / lente conceito na área, onde tem muitos amigos e conhecidos, por / haver comandado o CPOR/SALVADOR quando era Ten Cel. Não tem sido / objeto de críticas.
- Ministro NEY BRAGA, da Educação - Nos meios universitários é con- / siderado mero continuador da política do ex-Ministro PASSARINHO, / sem a empatia, o poder de comunicação e a dialética de seu ante- / cessor e ainda considerado menos inteligente. Tem sofrido muito / desgaste com o insucesso da Seleção Brasileira na Copa do Mundo / e com as críticas constantes a CBD, considerada um feudo dos Srs / JOÃO HAVELANGE e ANTONIO DO PASSO, os quais teriam plenos poderes / e não estariam sujeitos à autoridade ministerial.

Quanto aos demais Ministros de Estado não foram observadas / opiniões e juízos dignos de registro, havendo, no entanto, grande / expectativa quanto a atuação do Ministro da Previdência e Assis- / tência Social, Sr INIZ GONZAGA DO NASCIMENTO SILVA, bem como do / Ministro da Fazenda, Sr MARIO HENRIQUE SIMONSEN no combate à in- / flação.

AGÊNCIA BELO HORIZONTE

a. Pronunciamentos de Deputados na Assembléia Legislativa

- 1) O dep DALTON MOREIRA CAMARAVA, do MDB, no dia 10 Abr 74, na Assembléia Legislativa, criticou a nota oficial do Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO, sobre as pessoas que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. Segundo ele, a nota "aumentou a compressão e deixou o País perplexo". "O Sr. Ministro - disse - foi mais realista que o rei. Enquanto o Atc Institucional os cassou por dez anos, Sua Excelência o fez "ad aeternum". (cópias dessas declarações constaram como anexos da IMPRO nº 116/AEM/SRI/74)
- 2) O dep TARCISIO RAIMUNDO DELGADO, do MDB, em aparte na Assembléia Legislativa, classificou a portaria do Ministro das Comunicações, proibindo o uso de gírias em programas de rádio e televisão, como a "coisa mais ridícula ocorrida desde 1964". ("O Estado de São Paulo" de 30 Mai 74).

b. Dados extraídos do noticiário da Imprensa

- 1) O Presidente da União dos Varejistas de Belo Horizonte, JORGE NARCISO, estranhou as declarações do Ministro MÁRIO HENRIQUE SIMONSEM, da Fazenda, segundo as quais a política da CIP, nos próximos três meses, além de aplicar novos critérios para avaliação dos pedidos de aumentos apresentados pelas empresas, vai estender o controle do órgão ao comércio atacadista e varejista. Ele afirmou que a medida não vai dar certo, pois já foi tentada antes e fracassou. O melhor-acrecentou - seria deixar como está, pois a concorrência é que faz com que os preços sejam maiores ou menores. (EM 05 Abr 74)
- 2) Em sua coluna "Notas do Dia", de 24 Abr 74, o EM tece críticas aos Ministros da área econômica, nos seguintes termos: "Os Ministros da área econômica vem insistindo na tese de que o Governo só deve intervir no mercado para coibir abusos de preços na venda de produtos essenciais". "Só que nenhum deles, até agora, definiu o que seja um produto essencial ou superfluo".
- 3) Em seu editorial intitulado "Meta da Educação", o EM de 11 Jul 74 tece críticas à política do Ministério da Educação com referência ao Ensino Primário Convencional, conforme ficara estabelecido ao ser oficializada a Década da Educação - a dos anos 70 - para que ele fosse colocado em condições de acolher toda a população infantil em idade escolar e se livrasse das falhas e vícios que tanto comprometem o seu rendimento.

Diz um trecho do editorial: "Nada se faz de objetivo, todavia, no sentido de ajustar a sua dinâmica às imposições da realidade nacional, e desse modo viabilizar a meta da erradicação do analfabetismo até o fim do ano de 1980".

E conclui o comentário: "O Ministro REIS VELOSO, em declaração que fez para divulgação na FRUNÇA, pela televisão, mencionou como exemplo o empenho do Governo em difundir a educação e a cultura, e que estão sendo aplicados dois bilhões de dólares por ano na melhoria do ensino. Ilustrou os resultados com os índices de expansão do ensino superior (20 por cento ao ano) e do médio (15 a 20 por cento). Não se referiu, porém, ao ensino primário. Essa cautela serviu certamente para comprovar que em tal domínio não há mesmo nada de positivo para se creditar à obra do Governo. O que é lamentável".

- 4) O dep JOAO NAVARRO, da ARENA, requereu explicação ao Ministério da Agricultura sobre o emprego em MIN.S GERAIS do desfolhante químico "agente laranja", altamente tóxico para a flora, animais, peixes e o próprio homem.

Segundo o deputado, seu emprego "é criminoso" pois, além de eliminar a vegetação, contribui para a mortalidade de peixes e animais e, em alguns casos, do homem que, inadvertidamente bebe água ou como animais contaminados pelo veneno (EM de 27 Ago 74).

- 5) O dep DALTON MOREIRA CANABRAVA, em discurso pronunciado durante a Convenção do MDB, dia 25 Ago 74, em BELO HORIZONTE, afirmou, depois de referir-se "ao confortável ambiente da luxuosa residência que o Governo ofereceu e mantém para o Ministro MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, com o dinheiro do contribuinte, que aquele que a tecnocracia brasileira considera um de seus mais legítimos expoentes está divorciado da realidade nacional, sem saber se vive no BRASIL ou no KUWAIT - um dos ricos emirados do Golfo Pérsico".

"O Sr. SIMONSEN me pareceu fascinado com o que os tecnocratas considerem, com muita vaidade, a segunda maior vitória mundial do BRASIL, depois da conquista do tri-campeonato no MEXICO, a criação de um "know-how" que consiste fundamentalmente na desastrosa correção monetária que tem levado tantos mutuários do BNH ao desespero e que tem a sua eficácia sustentada numa política salarial miserável".

"O irrealismo do Sr. SIMONSEN se amplia, também, aos seus colegas de outros ministérios, guindados, de um momento para o outro, à posição de "salvadores da pátria".

"O Sr. REIS VELLOSO, por exemplo, ainda empolgado com a elaboração do segundo plano de desenvolvimento econômico e social, me diante o qual a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto se manterá constante, em torno de dez por cento a mais, sem qualquer quebra de seu ritmo de continuidade".

- 6) DALTON MOREIRA CAMARAVA, líder do MDB mineiro, fazendo uma análise do realinhamento de preços determinado pelos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, através da CIP, disse: "A atual política governista é injusta, porque cuida de reajustar os preços dos produtos, deixando de ver, sob o mesmo prisma, a questão dos salários das classes trabalhadoras". (EM de 08 Mai 74).
 - 7) O dep TARCÍSIO RAIMUNDO DELGADO, do MDB, criticou, na Assembleia Legislativa, a Portaria do Ministro EUCLIDES QUANT DE OLIVEIRA, das Comunicações, que proíbe o uso de gírias no rádio e na televisão, revelando que está preparando um trabalho sobre o assunto, mas antecipou seu ponto de vista: "a gíria é a vida da linguagem e é através dela que a comunicação se aperfeiçoa. A Portaria, do jeito que foi publicada, poderá fazer com que CARLOS DRUMOND DE ANDRADE, um dos puristas da língua portuguesa, possa vir a ser censurado por alguém menos avisado". (EM de 31 Mai 74).
 - 8) O Sr. ABDALA SARKIS, Presidente do Sindicato do Comércio Atacista de Gêneros de BELO HORIZONTE, teceu críticas à reformulação da Consolidação das Leis Trabalhistas, quanto à igualdade salarial para o adulto e o menor. Segundo SARKIS, o fato de ambos receberem o mesmo salário, apesar da idade e da condição de produtividade diferente, está obrigando as empresas a marginalizar os menores. "Pelo mesmo salário, quem vai querer empregar menores, uma vez que o trabalhador adulto rende quase 60% a mais?" (EM de 21 Ago 74).
- c. Conceito dos Ministros do Governo perante a opinião pública
- 1) Não obtivemos um conceito firmado pela opinião pública quanto aos Ministros do Governo.
São feitas entretanto referências negativas, generalizadas, dizendo respeito à política salarial do Governo e a elevação do custo de vida, que atinge diretamente as massas assalariadas.
 - 2) Em consequência do surto de meningite a imprensa tenta levar a opinião pública a um estado de insatisfação com a política de saúde do Governo.

NÚCLEO DA AGÊNCIA GOIÂNIA

- 1) Há um estado de expectativa quanto aos Ministros do atual Governo, alegando-se que ainda estão no início de suas gestões, merecendo, portanto, crédito de confiança.
- 2) O único Ministro com conceito negativo em GOIÁS é o da FAZENDA, MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, com imagem difundida de se tratar de pessoa boêmia, e de fácil envolvimento por pessoas de má-fé. Sua amizade com JOSÉ DE AQUINO PORTO, a cuja posse em GOIÂNIA (GO) como Presidente da Federação das Indústrias compareceu, e seu recente envolvimento por IRENE MONTEIRO DO ESPÍRITO SANTO (Grupo publicitário LEBEN DA/RIVIERA) são aspectos considerados de forma depreciativa por observadores ouvidos na pesquisa.

AGÊNCIA BRASÍLIA

1) Indicar as principais críticas surgidas contra Ministros do atual Governo, ressaltando as origens das mesmas.

- Não observado.

2) Verificar o conceito dos Ministros do Governo perante a opinião pública.

	P	%	NP	%	IND	%	SO	%
EJ = A. FALCÃO	9	82			1 Univ	9	1 Prim	9
MF = M. SIMONSEN	9	82	1 Univ	9			1 Prim	9
MA = A. PAULINELLI	10	91					1 Prim	9
LT = A. PRIETO	9	82			1 Univ	9	1 "	9
REC = H. BRAGA	9	82			1 Univ	9	1 "	9
MIC = S. GOMES	10	91					1 "	9
MINTEP = R. REIS	9	82	1 Univ	9			1 "	9
MC = E. QUANT	9	82	1 "	9			1 "	9
MES = N. SILVA	9	82	1 "	9			1 "	9
MS = M. LEMOS	9	82	1 "	9			1 "	9
MNE = S. WEIK	9	82					2 Prim Univ	18
MTRANS = D. NOGUEIRA	6	545	1 "	9	1 Univ	9	3 Prim Univ Col	275
ERE = A. SILVEIRA	7	63	1 "	9	2 Univ Col	19	1 Prim	9
ONS:								
P = FAVORÁVEL								
NP = NÃO FAVORÁVEL								
IND = INDIFERENTE								
SO = SEM OPINIÃO								

ANEXO-I ANEXO-J ANEXO-K

AGÊNCIA CAMPO GRANDE

- 1) Nenhuma crítica foi registrada aos ministros do atual governo.
- 2) Há expectativa muito grande em MATO GROSSO quanto ao desempenho dos ministros ligados às atividades rurais, particularmente agricultura e pecuária, setores básicos da economia regional.

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

1. Ministro das Minas e Energia

- O Senador Jarbas Passarinho condenou, no dia 21/08/74, no Senado, a assinatura de contratos entre a PETROBRÁS e companhias estrangeiras, denunciando esforços que se vêm fazendo para atingir a empresa com "os mesmos argumentos antigos no passado e já desmoralizados".

Segundo o Senador, "não se pode permitir à PETROBRÁS firmar contratos com grupos estrangeiros para pesquisarem petróleo em nosso território mesmo mediante participação no óleo porventura obtido, mas correndo todos os riscos de pesquisa".

- Recentemente, o Ministro em apreço fez pronunciamento em que dizia que o preço da gasolina seria aumentado caso o consumo sofresse um incremento. Decorridos não mais de três dias a gasolina foi aumentada de R\$ 1,60 para R\$ 1,80. É claro que um problema com a magnitude como o do petróleo, qualquer decisão não pode ser tomada de um momento para o outro, e as estatísticas de consumo não devem ser de fácil levantamento; por conseguinte, ao mencionar o problema do preço da gasolina, o Ministro:

- ou estava desinformado;
- ou não queria revelar que a mesma seria aumentada.

Houve comentários ainda, de que um estudo sobre a gasolina foi elaborado pelo Ministro da Fazenda propondo um aumento de 40% até dezembro e, outro, pelo Ministro das Minas e Energia, defendendo a manutenção dos preços; os dois estudos teriam sido encaminhados ao Presidente da República para decidir qual a política a ser adotada. Tais fatos sendo verídicos, o pronunciamento do Ministro pode ser considerado como inoportuno.

De uma forma geral, no entanto, foi considerado como capaz, responsável e ciente dos problemas de sua área.

2. Ministro da Saúde

- O jornal "O Dia", de 17/08/74, critica o Ministro da Saúde pelo fato de que, após decorridos cinco meses de administração,

nistração, nada apresentou de produtivo, "apesar da dura realidade em que se projetam os tremendos problemas relacionados com a Saúde Pública".

- Sobre a epidemia de meningite em São Paulo, comenta o Jornal "Última Hora", de 16/08/74: "Há uma epidemia de meningite na maior cidade do país e o Ministro da Saúde denuncia a gravidade da doença e das vidas que já se foram ao afirmar que seu Ministério é da Saúde e não da Meningite. (...) Apanhado desprevenido, quando a meningite já estava identificada há um ano em São Paulo, o Ministro tenta escapar à responsabilidade que é sua. As declarações que fez em Brasília (...) fazem crer que o Dr Almeida Machado ainda não assumiu o cargo. Não conhece o Ministério para o qual foi nomeado (...) quando declarou que o Ministério da Saúde é um órgão normativo e não tem funções executivas.

- Ainda sobre o problema da meningite, o Ministro da Saúde é criticado pelos jornais: JB, de 12/08/74 - O Ministério da Saúde não pode, igualmente, afastar-se do surto, a pretexto de que sua atuação é apenas normativa. A população está falsamente alarmada ou há inépcia administrativa? Eis a questão; JB, de 06/08/74, UH, de 02/08/74, "O Diário" do Espírito Santo, de 18/07/74, JB, de 10/07/74, criticam a falta de um plano de Saúde Pública onde sejam enfatizados os seguintes pontos: 1) Alimentação; 2) Engenharia Sanitária; 3) Médicos e Medicamentos.

3) Ministro da Educação

- O editorial de "O Globo", de 21/04/74, intitulado "Tempo de Qualidade", faz uma análise do quadro educacional brasileiro, na oportunidade em que o Ministro Ney Braga assumia o comando da política educacional. Em abordagem indireta à tendência quantitativa, preocupação maior dos dirigentes, afirma:

"os que estão aprendendo precisam também dos cuidados do poder público, para que a oportunidade conquistada renda os benefícios individuais e sociais correspondentes".

Aponta, a seguir, as grandes distorções nas várias fases

do ensino, abrangendo o desempenho do estudante, do professor, das escolas dos diversos graus e da própria sociedade, quais sejam:

- baixo aproveitamento escolar no ensino básico;
- a desvalorização técnica e social do professor;
- a entrega à Universidade da maior fatia das verbas.

Crítica mais contundente é feita pelo professor Afrânio Coutinho, Diretor da Faculdade de Letras da UFRJ, transcrita no Diário de Notícias-GB (18/04/74), que diz:

"Está tudo errado na estrutura da nossa Universidade. Está na hora das autoridades governamentais e universitárias encararem a grande tarefa de corrigirem as distorções".

"O Brasil não possui Universidade de verdade, mas agrupamentos e informes de unidades profissionais, já existentes, com seus vícios e tradições. Há uma espécie de mobilização do nosso ensino: o secundário substitui o de primeiro grau; o superior de graduação faz o papel do secundário; e pós-graduação está ameaçada de substituir a graduação".

Este quadro, traçado com a autoridade do professor Afrânio Coutinho, escolhido posteriormente pelo Ministro, para Diretor da Faculdade de Letras - cargo que ocupa há seis anos - reflete de modo seguro a opinião da maioria dos educadores que lidam nas escolas e Faculdades da área de atuação desta Agência, sintetizado no editorial de "O Globo-GB", de 13/02/74, após cinco meses de atuação do novo Ministro:

"A perda de qualidade do ensino brasileiro pode ser considerada, portanto, uma regra sem exceção. Ou melhor, talvez se obtenha um único resultado, pela combinação dos cursos teóricos e profissionalizantes: o analfabetismo profissional".

Ou ainda pelo editorial do "Jornal do Brasil" - Reino de Mandarins - de 07/02/74:

"Cai a qualidade do ensino; sem universalizar o ensino básico, que deve cobrir o mais possível o universo brasileiro, pretendemos ingenuamente universalizar o ensino superior. À falta de educação e cultura com maiúsculas, incre-

mentadas por reformas que atendam às necessidades, estarem nos fadados ao mandarinato".

Conclui-se que em nada foram modificadas as opiniões sobre a Educação, tomadas antes de Ney Braga e durante seu período de atuação, que por ser curto, poderia vir acompanhado de relativa dose de otimismo, em vista das medidas anunciadas. Paradoxalmente, a sua imagem na imprensa permanece inalterada, como que desvinculada das efetivas responsabilidades que o cargo impõe. É frequente sua presença nos órgãos de imprensa, que anunciam as providências previstas ou já adotadas na sua Pasta:

- "Ney Braga dará maior ajuda financeira às Universidades".
- "Pós-Graduação é meta prioritária".
- "Ney Braga promete ajuda à cultura".
- "Plano Geral prevê 23 bilhões a Educação".
- "MEC vai preparar mão-de-obra".
- "MEC quer implantar TV Educativa".
- "MEC pede recursos ao Banco Mundial".
- "MEC estuda problema dos ¹⁰¹hospitais-escolas".
- "MEC instala comissão ¹⁰²para avaliar educação".
- "Ney Braga quer reconhecimento rápido".

Conceito perante a opinião pública:

- De objetivo, de prático, de diferente, de Revolucionário, nada ainda mostrou o Ministro Ney Braga, em sua atuação à frente do Ministério da Educação.

É impossível formar-se esta idéia, pelo simples acompanhamento da imprensa da Guanabara que está voltada contra a atuação - negativa sem dúvida - do seu Secretário de Educação Celso Kelly, este sim, taxado de responsável por todos os descalabros existentes na área do Estado. Mas para aqueles que acompanham de perto o problema, nas escolas e nas Universidades e que portanto representam parte ponderável da opinião pública, a idéia é de que não há disposição para mudanças radicais na estrutura viciada da fase pré-revolucionária que ainda persiste. Imagina-se que se simplesmente pretende adotar a política de liberação de verbas, cada vez maiores, a fazer a distribuição de acor-

do com planos e projetos elaborados pelos vários órgãos existentes ou criados com este fim. Depois, por meio de estatísticas publicadas, virão as justificativas dos gastos efetuados.

4) Ministro da Fazenda

- O Ministério da Fazenda ainda é, sem dúvida, considerado como peça central do sistema em virtude da sua atuação nas mais diferentes áreas da economia.

Anteriormente, aparecia aos olhos do público como um super Ministério, todo poderoso, que impunha a alguns dos demais os seus ditames; na atualidade ainda é considerado o primeiro dos Ministérios, mas perdeu aquelas características anteriormente apontadas.

Tem tentado transmitir, através de pronunciamentos na imprensa, a realidade econômica que estamos atravessando e, em matéria de público, apesar de publicados sob a égide da Fundação Getúlio Vargas, os índices de custo de vida têm sido elogiados por estarem bem mais próximos da realidade "vis a vis" o que ocorria anteriormente.

Dentre os assuntos mais discutidos ou objeto de controvérsia e comentários figuram:

- a) Caso Hallie;
- b) Problema da Soja;
- c) Decreto-Lei 1338;
- d) Decreto-Lei 1337;
- e) Liquidez do sistema;
- f) Presença em associações de classe e entidades.

No momento atual observa-se que o texto do 1338 ainda não teve seu alcance integralmente compreendido por aqueles que por ele serão direta ou indiretamente afetados, mas já foi sentida uma preocupação no intuito de se descobrir a existência de brechas.

Na área bursátil, a receptividade para o 1338 foi negativa; a BVRJ em 31/07/74 convidou Paulo Lira, do BCB e seus assessores de mercado de capitais para que se pronunciassem sobre a nova legislação e esclarecessem dúvidas; as perguntas dirigidas às autoridades presentes foram chocan

tes, não só por serem de baixo nível como também agressivas; visaram, em última instância, criticar o decreto e de forma pouco elogiável.

Uma das perguntas inseriu em seu contexto as seguintes palavras: "... se as autoridades estavam querendo dar condição de poupança a quem não tinha condição de consumo".

- O Caso Halles, por sua vez, foi considerado um dos maiores erros cometidos, tanto no âmbito externo como interno; internamente, segundo diversos contatos mantidos, gerou grande parcela de desconfiança nos títulos privados, desconfiança essa que permanece até a presente oportunidade.

Externamente, considerando o panorama internacional que já se apresentava conturbado pelo fechamento de diversos bancos, a intervenção dificultou ainda mais a captação de recursos, num mercado que à época já apresentava sinais de pouca liquidez.

Para provar que o "affair" Halles foi um erro, comentou-se que no caso do Ypiranga, Lume e União Comercial a intervenção foi branca e que no Halles, em se desejando saneá-lo, medida idêntica deveria ser tomada.

As críticas se dividiram, uns culpavam diretamente ao Ministro da Fazenda, outros aventavam a hipótese de que a ordem de intervenção teria vindo de mais alto e Simonsen seria apenas seu executor; comentou-se, mesmo, que era aguardada, após a intervenção no Halles, medida idêntica no Ypiranga, mas que, tendo em vista os resultados obtidos, essa intervenção passou a ser branca.

- Soja - Foi criticada a falta de assessoria aos exportadores, tendo em vista o mercado internacional, que não lhes permitiu a obtenção de melhores preços.

- Quanto à liquidez do sistema, as críticas surgiram porque os empresários, anteriormente, estavam habituados a uma facilidade creditícia gerada pela ampla expansão dos meios de pagamento e com a redução do seu crescimento a liquidez reduziu-se a níveis que não eram esperados.

Segundo os elementos consultados, este estreitamento forçou empresas e investidores a desinvestirem parte de suas poupanças no intuito de manter o nível das transações; por outro lado, o problema foi ainda mais agravado pela rápida elevação dos preços, que aliado à pequena expansão dos meios de pagamento, reduziu a evolução dos negócios e criou um ambiente pessimista e temeroso de uma eventual recessão.

- Foi também comentado que o Ministro tem efetuado diversos e frequentes pronunciamentos em associações de classe e outras entidades e que, devido ao exíguo intervalo de tempo entre uma palestra e outra, nada tem de novo a apresentar, sendo por isso forçado a repetir-se.

- "O panorama brasileiro não muda tanto em apenas dois ou três dias" - foi a sentença captada.

- TI-GB (07/08/74) - O Dep Edson Khair, MDB/GB, lamentou na ALEG, em 06/08/74, a manutenção da política salarial anunciada pelo Ministro da Fazenda, Sr. Mario Henrique Simonsen, dizendo que "os trabalhadores e funcionários públicos ainda são os grandes sacrificados com a continuação desta chamada política salarial de compressão". Segundo o parlamentar "os índices de inflação que os próprios órgãos oficiais fornecem continuam muito além dos pequenos aumentos que os assalariados vêm recebendo nos últimos anos".

5) Ministro da Indústria e Comércio

- Foi o mais criticado, não só pelo problema do café como também pelos seus diversos pronunciamentos.

- No que tange ao café, apesar dos entrevistadores não serem experts na matéria, seus comentários não foram favoráveis à política adotada externa e internamente, ou melhor, àquilo que tiveram ciência através de periódicos, revistas e contatos com amigos.

Referindo-se ao panorama internacional, mencionaram "sem pagar por fora ou dar vantagem não se vende café; o presidente do IEC é pessoa íntegra, não está habituada a lidar

com os lobos que atuam na área". Internamente, as críticas concentraram-se no recente aumento do preço interno, considerando que somos grandes produtores e apesar de não poder ser considerado como item alimentar necessário à sobrevivência, é de consumo difundido em todo o país e é o único líquido que na maioria das vezes acompanha o pão ou representa o desjejum da classe mais pobre.

- Os pronunciamentos de Severo Gomes não têm sido do agrado de diversos setores; pouco após a sua posse, referiu-se aos problemas relativos à área de mercado de capitais e suas palavras foram consideradas como intromissão em esfera alheia, especialmente pelo Banco Central.

- Mais recentemente, seu pronunciamento na Escola Superior de Guerra (ESG) foi objeto de críticas, dentre elas podendo ser mencionadas:

- a) Como se pode voltar com maior ênfase para o mercado interno se este não tem ainda efetiva capacidade de consumo.
- b) Os recursos externos que são atualmente obtidos com dificuldade; se um Ministro dá a impressão que logo que não mais deles necessitarmos, os colocaremos de lado, mais difícil se tornará sua captação agora, em que pese o fato de que grande parcela desses recursos visem apenas a rentabilidade da aplicação; por outro lado, na da impede que os banqueiros comecem a perguntar - "e quando não necessitarem mais de nossos recursos, o que irá acontecer com o que já aplicamos e ainda não foi pago?".

Decorridos praticamente quatro dias do pronunciamento na ESG, o Jornal do Brasil tece comentários sobre o mesmo, no intuito de dar maiores esclarecimentos; essas explicações, consoante os entrevistados, corroboraram mais uma vez a falta de oportunidade do Ministro e a necessidade de sanar mal entendidos; sob este ponto de vista, pode-se considerar o fato como um desgaste de imagem.

- Outros comentários captados:

- a) "Ele (Severo Gomes) diz uma coisa e o Simonsen outra!"

- b) "O Severo é contra o mercado acionário".
- c) "Ele não dispõe de apoio de grande parcela do empresário paulista".
- d) "Estão dizendo que ele vai cair em outubro".

6) Ministro da Justiça

- GL-GB (19/04/74) - A Comissão Executiva Nacional do MDB reuniu-se no dia 18 Abr 74, sob a presidência do Dep Ulisses Guimarães, expedindo no seu final uma nota oficial onde frisava que o Movimento Democrático Brasileiro, a propósito da nota oficial do Sr Ministro da Justiça, referente às punições políticas praticadas pela Revolução, reitera declarações anteriores no sentido de que cumprida a pena, injusta quando a defesa é negada, o cidadão se reintegra na plenitude de seus direitos e deveres. Após uma série de considerações a esse respeito, acrescenta a nota que a Justiça Eleitoral é o órgão constitucionalmente apto para fazer respeitar as prerrogativas políticas dos cidadãos e que o dever das autoridades, especificamente do Sr Ministro da Justiça, no período eleitoral, no qual a Nação já se encontra, é garantir a segurança e propiciar tranquilidade.

- JB/GB (20/04/74) - O Dep Fed Fernando Lyra, MDB/PE, em 20/04, fez uma referência às declarações do Ministro da Justiça, Sr Armando Falcão, quanto à situação dos cassados, de 1964, salientando que, "versada em termos de comunicado de guerra", a nota do Ministro "anuvia os horizontes da política brasileira, exatamente porque não responde a nenhuma ação das forças oposicionistas contra o novo Governo".

- JB-GB (12/08/74) - Carlos Castello Branco, na Coluna do Castello, de 12 Ago 74, sob o título "Preliminar de uma nova política", comentando sobre as tarefas do Sr Armando Falcão, especialmente aquela em que ele se propôs a descer de paraquedas na retaguarda do adversário a fim de forçar o diálogo, alude tais declarações do Ministro, à necessidade de diálogo com as classes de grupos sociais que não se compuseram com o esforço da Revolução, uma vez

que ele não deve ter se referido ao MDB, que é apenas uma peça do regime, como suposto adversário e que apenas se freu um leve assalto de flanco, visando a cortar a carreira do Dep Francisco Pinto.

Segundo o comentarista, esforços objetivos têm se realizado nesse sentido, podendo resultar numa mudança de estratégia revolucionária visando a humanização da política de repressão. Destaca, como essencial nessa mudança a capacidade do Sr Armando Falcão de entender a profundidade de sua missão e a rigorosa necessidade de levá-la adiante. Acredita que não lhe faltará habilidade para fazer a sua parte no jogo. Entretanto, conclui, para quem o conhece, não pode escapar, todavia, a apreensão de que, tratando-se de alguém que acredita mais na força do que no direito, que não hesita em ficar com a Revolução e não com a instituição, venha ele a confundir a carta num jogo em que é preciso ter fé nos objetivos e perseverança na ação.

7) Ministro do Interior

JB_GB (14/08/74) - O Sr Nelson Carneiro, a propósito das declarações do Ministro do Interior, Rangel Reis, feitas em Salvador, mostrando, entre outras coisas, que o número de casas construídas pelo EMIH era pequeno, e que o atraso dos mutuários se daria em grande parte, à má situação dos conjuntos residenciais que, além do mais, apresentam falhas diversas - formulou no Senado votos para que o atual Governo continue dizendo a verdade à Nação, como fez ao admitir uma inflação de cerca de 32% para este ano. Foi aparteado pelo Sen Eurico Resende, AREMA/ES, que criticou as afirmativas do Ministro do Interior, afirmando estar o Sr Rangel Reis completamente errado e que devia se dedicar a outros tipos de pesquisas e lamentou que o Sr Nelson Carneiro e o Ministro "catem pulgas na vasta cabeleira do gigante".

7) Ministro das Comunicações

- JB_GB (21/08/74) - O Dep Francisco Pinto ao tomar conha

cimento de uma portaria do Ministro das Comunicações, Sr. Euclides Quandt de Oliveira, aplicando uma suspensão de 15 dias à Rádio Cultura Feira de Santana pelo crime, segundo frisa, de o ter entrevistado e ainda sobre as ameaças de ser submetido a um novo processo e ao tacão do AI-5, conforme acentua, destaca o fato de que somente os seus pronunciamentos tem o condão de deteriorar as relações exteriores do Brasil, estranhando que o Governo só ouça ou leia o que ele diz, sem entretanto, servir para demovê-lo da persistência do arbítrio. Refere-se a casos em que, no seu entender, numerosos e violentíssimos artigos foram publicados pela imprensa brasileira atacando Chefes de Estado, exemplificando que o Gen Alvarado, Presidente do Peru, chegou a responder a ataques, sentindo-se ofendido em sua honra. Referiu-se ainda sobre a investida do professor Eugênio Gudín, contra o Cel Kadhafi, chamando-o de "Cel doido" e estranhou, em tudo isso, a omissão do Ministro da Justiça e de seus agentes, porquanto nenhuma representação surgiu nesse sentido.

- GL-GB (23/08/74) - O Dep Ulisses Guimarães distribuiu no dia 22/08/74, uma nota à imprensa a respeito do processo movido contra o Dep Francisco Pinto onde é frisado que o MDB denunciou reiteradas vezes a impossibilidade de parlamentar, no Brasil, contar com as indispensáveis garantias para exercer livremente suas funções. Diz a nota que o pronunciamento do Dep Francisco Pinto em Feira de Santana, na Bahia, motivou punição política da emissora, sem base na lei, pelo Ministro das Comunicações, de vez que não foram razões técnicas que a motivaram.

- GL-GB (22/08/74) - O Dep Lysaneas Maciel, MDB/GB, dirigiu requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, no sentido de ser considerada violação do princípio de independência e harmonia dos poderes as providências adotadas pelo Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, para instauração de novo processo contra o Dep Francisco Pinto (MDB/BA).

Observações:

- Talvez por contarem pouco mais de cinco meses no exercício de seus encargos ministeriais, os Ministros do actual Governo, em sua maioria, ainda não sofreram críticas sobre a condução dos problemas em suas respectivas Pastas. Entretanto, como vimos, alguns foram criticados principalmente o da Justiça e o das Comunicações pela forma com que se conduziram no "affaire" Francisco Pinto e o da Fazenda e da Indústria e Comércio, pelas recentes medidas corretivas adotadas nas suas áreas de atuação.

ANEXO-I ANEXO-J ANEXO-K

AGÊNCIA SÃO PAULO

1) Ministério da Educação e Cultura

a) Principais críticas

- As greves e insatisfação estudantil verificadas no primeiro semestre deste ano foram motivadas por falhas administrativas das faculdades envolvidas, sendo certo que os protestos atingiram também o MEC que foi criticado porque seus órgãos especializados se omitiram ou foram pouco diligentes face aos problemas suscitados.
- A autorização de aumento adicional da anuidade escolar, a fim de atender encargos suplementares das escolas superiores, tem provocado críticas severas ao MEC, inclusive tem servido de estímulo à política estudantil adversa e reforçado a argumentação das lideranças anti-revolucionárias atuantes no meio universitário.
- A instituição do MOBPAI Infante Juvenil visando alfabetizar crianças de 9 a 14 anos, área até agora privativa do ensino primário regular, tem merecido críticas de autoridades educacionais que consideram essa medida altamente inconveniente porque baixará a qualidade do ensino, propiciará a evasão escolar do primário regular e diversificará descomunalmente a estrutura do MOBPAI que, fatalmente, se transformará num órgão burocrático.
- O critério de provas objetivas em vestibulares tem gerado críticas de professores e associações de advogados, os quais condenam a ausência de redação nos testes vestibulares e a não exigência de nota mínima nos referidos exames.

b) Conceito do Ministro da Educação

Os antecedentes políticos do Ministro da Educação criaram em torno de sua posse grande expectativa, pois os estudantes pensaram que sua incumbência maior seria a de abrir diálogo com o setor.

Todavia, tal não ocorreu e a sua gestão vem sendo alvo de críticas, originadas tanto da área universitária quanto das autoridades educacionais, o que se reflete desfavoravelmente em seu conceito.

2) Ministério da Saúde

a) Principais críticas

- Desde o recenseamento de 1.970, quando se comprovou a deterioração das condições de saúde dos brasileiros a través do registro do aumento dos índices de mortalidade infantil, cresceram as críticas à atuação do Ministério da Saúde.
- Tais críticas, oriundas em geral da classe média e dos meios de comunicação social, acusam o órgão oficial de descaso pela prevenção às doenças endêmicas e epidêmicas, salientando o quase nada que se faz em termos de saneamento básico.
- A crise de meningite, que atualmente assola de modo especial o Estado de SÃO PAULO, serviu de pretexto para reavivar as censuras feitas ao Ministério da Saúde. Isto porque desde 1970, registra-se no país crescente aumento dos casos de meningite sem que fossem adotadas medidas efetivas de combate ao mal. Ainda em relação ao atual surto é de se ressaltar que refletiu mal na opinião pública a polêmica entre o Ministério e a Secretaria de Saúde do Estado a propósito de disputa ocorrida em torno da posse de vacinas importadas da FRANÇA.

b) Conceito do Ministro

O atual titular da Saúde não tem sido alvo direto de críticas. Todavia, observa-se existir, nos meios ligados às atividades médicas, grande preocupação a respeito da linha de ação que será adotada pela Pasta responsável pelas condições sanitárias do povo brasileiro.

3) Ministério da Previdência Social

a) Principais críticas

Criado recentemente, o MPS ainda não se tornou alvo de críticas decorrentes de sua atuação. Contudo, como as medidas administrativas encetadas pela novel Pasta seguem, de certa forma, na esteira de ação do Ministério do qual se desmembrou, isto é, do Trabalho e Previdência Social, algumas das críticas erigidas ao antigo Ministério ainda se fazem ouvir, quase que nos mesmos termos em que eram formuladas, apenas modificando-se quanto ao seu destinatário.

As longas filas formadas pelos segurados da Previdência Social, em busca de atendimento médico, a excessiva burocracia do Órgão, a falta de assistência, o retardamento na prestação de serviços e pagamentos de benefícios, a escassez de recursos - quer humanos, quer materiais - têm sido objetos de críticas desairosas divulgadas pela imprensa (v.g. ESP 7 Ago, 27 Mar/UH, 3 Ago/NP 9 Jul).

Críticas acerbas acentuaram com a notícia de que o INPS aplicaria vultosa importância em dinheiro - resultado de seu superavit orçamentário do 1º trimestre - em letras do Tesouro Nacional. Os comentaristas investiram contra o fato, alegando que o INPS abrevia a permanência de enfermos em hospitais e frenocômios, a fim de reduzir despesas, muito embora a autarquia esteja apresentando superavit em seu orçamento, o que é incompatível com o precaríssimo atendimento que dispensa a seus segurados, "deixando de cumprir, ainda que primária e rudimentarmente, as finalidades que lhe são inerentes". (ESP 27 Jun/TS 3 Jul).

- b) Conceito do Ministro
- Nada foi registrado.

4) Ministério do Interior

a) Principais críticas

As críticas contra a atuação do Ministério em epígrafe polarizam-se, mais contundentemente, no âmbito de ação do BNH.

O financiamento de imóveis de luxo e a canalização de cerca de 60% dos recursos do BNH para as obras de saneamento são tópicos costumeiramente lembrados como exemplos dos desvios de objetivos do BNH que teria se afastado dos fins para os quais foi criado. (ESP 18 Abr/JT 23 Ago).

A colonização da Amazônia - mais particularmente em torno da Transamazônica com suas desastrosas consequências sociais, é abordada criticamente pela imprensa que, da mesma maneira como o Ministério do Interior reconheceu, ressalta a existência de sensível aumento da criminalidade, de estímulo ao crescimento da prostituição, do comprometimento dos níveis de higiene e saúde pública. (ESP 28 Mai).

- b) Conceito do Ministro do Interior
- Nada foi registrado.

ANEXO-I ANEXO-J ANEXO-K

5) Ministério do Trabalho

a) Principais críticas

- O salário mínimo vigente é tachado de "ridículo" tendo em vista o crescente aumento do custo de vida. A este propósito a imprensa tem publicado quadros comparativos do salário mínimo e do preço dos produtos de primeira necessidade visando esboçar a política salarial em vigor;
- Críticas são feitas à chamada "rotatividade da mão de obra" que seria recurso utilizado pelas empresas para dispensar operários às vésperas dos dissídios coletivos;
- Há reclamação sobre o número reduzido de fiscais do trabalho em exercício que, não podendo realizar fiscalização eficiente, pouco fazem no sentido de impedir as hur-las aos direitos dos trabalhadores;
- Há descontentamento das lideranças sindicais quanto ao excesso dos Vogais Classistas no TET, quanto aos seus vencimentos (cr\$ 5.000,00) que são reputados muito altos e quanto a morosidade da Justiça do Trabalho;
- Críticas também são feitas ao fato de não haver consulta às entidades sindicais por ocasião da edição de leis, decretos e portarias que lhes dizem respeito.

b) Conceito do Ministro

- Nada foi registrado.

6) Ministério dos Transportes

a) Principais críticas

i. Portos Marítimos

Intensamente exploradas pela imprensa foram as deficiências que envolvem o complexo portuário brasileiro, mais restritamente, os portos paulistas. A falta de aparelhamento para movimentação de mercadorias, a retenção de cargas, a falta de pessoal, a legislação inadequada e superada, entre outros, foram fatos lembrados na constituição do engargalamento do porto de Santos. (ESP 25 Ago, ESP 15 Jun / TS 4 Abr GM Mar 7).

A inação do Ministério foi igualmente criticada face a não construção de novos portos marítimos face a iminente saturação dos atuais (DSP 9 Jul).

ANEXO-I ANEXO-J ANEXO-K

A omissão ministerial de providências visando proporcionar eficácia ao sistema de segurança do Porto de Santos é criticada pela imprensa que menciona que os homens que trabalham na faixa portuária, a carga que ali é movimentada e as próprias embarcações encontram-se ao desabrigo de segurança (ESP 21 Ago).

ii. Rodovia Rio-Santos

Criticados os constantes atrasos na abertura da Rodovia Rio-Santos e o desmatamento que está acarretando. Criticado como fator de retardamento da Rio-Santos a anulação da concorrência que escolheu as cinco firmas encarregadas dos diversos trechos.

iii. Rede Ferroviária Federal - RFF

Foram censuradas a má organização administrativa da RFF, a falta de condições de segurança e higiene dos trens da ex-EFCB e, sobretudo, a má conservação de suas linhas férreas, apontadas como principal fator responsável pela maioria dos acidentes que tem ocorrido. (ESP 25 Ago/ DSP 9 Jun/ ESP 23 Mar).

Tem sido criticada a extinção de ramais ferroviários que implica na diminuição da rede ferroviária a qual, como ocorre na maioria dos países, deveria ser ampliada (UH 29 Ago).

Igualmente criticado tem sido o trato qualificado de tolerante que o Ministério estaria dispensando ao malogro da implantação do sistema de cremalheiras na Serra do Mar, o qual comprometeu o fluxo das exportações e as atividades da COSIPA (ESP 26 Jul/ ESP 4 Abr/ TS 9 Mai/ ESP 25 Ago).

b) Conceito do Ministro

- Nada foi registrado.

7) Ministério das Comunicações

a) Principais críticas

Em 16 Mai 74, por ocasião da assinatura da Portaria proibitiva do uso de expressões contrárias ao vernáculo no rádio e na televisão, surgiram inúmeras críticas antepondo-se ao ato ministerial.

Muitos comentários jornalísticos previam a inviabilidade do cumprimento da Portaria, porque seria inexequível a fiscalização, vale dizer, o empenamento por seu descumprimento.

Críticas também foram levantadas quanto ao meio lançado - não pelo Ministério para coibir os abusos do linguajar. Entendeu-se como meio inadequado a edição de ato normativo, aventando-se que melhor sucesso poderia ter a reformulação da legislação específica.

- b) Conceito do Ministro
- Nada foi registrado.

8) Ministério da Fazenda, Indústria e Comércio e Minas e Energia.

- a) Principais críticas (Falta de harmonia nos pronunciamentos oficiais no Setor Econômico).

- Desencontro nas informações

(G.M. edição de 28-08-74 - Editorial)

"Fonte de equívocos ou interpretações conflitantes têm sido declarações de diversos ministros sobre os mesmos problemas. O desencontro de declarações, em certos casos, é compreensível porque há temas, como a evolução do comércio exterior, que não interessa, apenas a uma área administrativa.

É evidente, porém, que o governo deve cuidar de evitar que afirmativas de membros da cúpula administrativa sejam usadas para desacreditar sua ação no plano econômico, que, no geral, nos parece mais conveniente para a fase que atravessa o país.

Os ministros deixarem de falar à imprensa não é uma solução construtiva, embora um maior comedimento seja recomendável, principalmente no caso de declarações que possam servir a interesses especulativos. O ponto fraco parece ser uma falta de sintonia na informação, menos atribuível ao empenho dos ministros, do que a não existência de um super-ministro que dite a orientação econômica. Sendo descentralizada a execução da política econômica, é preciso simplesmente - que os diversos órgãos da administração se comuniquem melhor entre si e com os diversos segmentos de público

que precisa saber certa segurança quais as orientações oficiais. Agô se evitará que as especulações proliferem gerando insegurança e descrédito".

- O público e a informação econômica

"Numerosas vezes temos mostrado de que modo o planejamento e a execução da política econômico-financeira nacional têm sido, nos últimos meses, prejudicados - pela falta de divulgação de informações gerais e pelas contradições entre os comunicados, oficiais e oficiais, dados à luz. Não raro se percebe que alguns dos responsáveis pelas decisões governamentais no terreno econômico ainda não se compenetraram da importância deste tipo de serviço a que se chama "relações públicas". Em verdade, têm eles não somente o dever - mas também, o maior interesse em informar constantemente a opinião pública". (ESP 27 Ago 74).

- Política Econômica e Informação

"Todas as contradições decorrentes do menosprezo dos preceitos básicos do serviço chamado "relações públicas" exercem efeitos nefastos e inquietantes tanto para o Poder Executivo como para os agricultores, os pecuaristas, os industriais, os comerciantes, os banqueiros e os consumidores, para não falar nos grupos estrangeiros em cujos investimentos estamos interessados. É preciso que as "porta vozes" oficiais do governo no campo econômico não falem demais, mas falem somente - quando as circunstâncias o exigirem. E, sobretudo, - que não incorram em contradições, porque estas, em última instância, comprometem o conceito de nossa política econômico-financeira e, pois, o próprio governo." (ESP 29 Ago 74).

- Aumento das alíquotas de importação

"Outro exemplo foram declarações de membros da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda de que o governo não cogitava colocar grandes barreiras alfandegárias às importações de produtos supérfluos ou não essenciais sob a alegação de que pesavam relativamente pouco na pauta de importação, nem duas semanas haviam decorrido, quando o governo elevou em 100% as alíquotas de importação para esses produtos" (G.M. 28 Ago 74)

- " No dia 17 de agosto, o ministro Severo Gomes comentou que as medidas de restrições às importações, adotadas até agora pelo governo não poderiam mesmo apresentar resultados mais positivos em prazo tão curto". E acrescentava: "As restrições começarão a dar resultados este mês." - Dois dias depois, o ministro João Paulo dos Reis Velloso afirmava: " os primeiros resultados das restrições impostas às importações de produtos supérfluos já estão se fazendo sentir, pois o que se nota é que, mês a mês, as importações vêm decaindo." (ESP 27 Ago 74).
- Aumento do preço da gasolina

" Ainda recentemente o jornalista Clóvis Rossi compilou no "ESTADO DE SÃO PAULO", alguns exemplos expressivos. No dia 2 de agosto, a imprensa publicou declarações do General Araken de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, segundo as quais o preço da gasolina não aumentaria em Setembro. No dia 20, anunciava-se nos jornais, que, de acordo com fontes ligadas à distribuição, o preço da gasolina não aumentaria ainda este mês, e que, no mesmo dia, a informação tinha sido desmentida pelo Presidente do CNP. No dia 22, publicava-se finalmente, que o Conselho havia aprovado o aumento". (FSP 27 Ago 74)

" Na realidade, parece não haver divergências. O que se supõe ter ocorrido pode ser classificado apenas - mais como um desencontro de informações, que se verifica não apenas entre Ministérios mas até mesmo entre órgãos da mesma pasta.

Um caso bastante ilustrativo é o aumento da gasolina. O Conselho nacional do Petróleo (CNP), que deveria ser um dos órgãos-chave na condução da política petrolífera, desmentiu há pouco que o governo decretaria novo aumento. Dois dias depois, o Conselho sancionou a nova tabela para os derivados do petróleo. Aparentemente, vinham sendo feitos estudos sobre o problema, aos quais o CNP estava alheio, apesar de pertencer ao Ministério de Minas e Energia.

A não se admitir essa interpretação, o Conselho estaria mistificando, deliberadamente, a opinião pública, no que sinceramente não fizemos." (G.M 28 Ago 74).

Caso Halles

" Está na memória de todos, bem quente, o angustiante intervalo que decorreu desde o anúncio da intervenção, contido num lacônico documento emitido pelo Banco Central, e as primeiras explicações detalhadas fornecidas pelo governo. Os resultados também estão na memória - de todos - e, muito claramente, na das autoridades. Os responsáveis pela intervenção conseguiram um de seus objetivos: que a punição fosse exemplar. Mas, pelo eficiente uso dos sistemas de informação, conseguiram - também, o que não estava nos seus planos: um início de pânico e de desconfiança no mercado financeiro.

Na verdade, conseguiram ainda mais: escolhendo aquele estilo de intervenção, e produzindo os resultados que todos conhecem, as autoridades virtualmente se proibiram de criar um novo caso de iguais proporções. Devemos perguntar-nos, hoje, se a consequência final não seria precisamente a criação, na área financeira, de uma certa confiança na impunidade - resultado exatamente oposto ao inicialmente pretendido. Exatamente porque o "caso Halles" foi resolvido daquela maneira, outros "casos" importantes se tornam, hoje, mais difíceis de manejar.

Os exemplos podem multiplicar-se. Desde os primeiros dias após a posse do atual governo, ficou mais ou menos claro, para o público, que o governo não tinha um porta-voz econômico. Horizontalizava a administração, multiplicados os conselhos e enfraquecidos os que antes existiam, deixou de haver uma fonte - pessoa ou organismo - capaz de transmitir mensagens precisas ao país. Sucederam-se, inevitavelmente, as declarações - desencontradas, algumas das quais tiveram vida muito efêmera:" (ESP 27 Ago 74).

" Como o Relatório Reservado previu há alguns meses, de pois da experiência trágica do Halles, as autoridades monetárias desistiram de tentar qualquer outra intervenção direta em grupo financeiro, voltando aos métodos do processo Delfim Netto para "sanear o sistema", ou seja, arranjar um comprador para a instituição que esteja em situação delicada." (Relatório Reservado de 19/25 Ago 74).

- Dec Lei Nr 1342/7

" No início do ano, saiu um decreto-lei que, regulando a intervenção do Banco Central, representa um primoramento da legislação. Com efeito, permite que as autoridades, tão logo verifiquem o colapso de uma instituição financeira, intervenham na mesma, a fim de evitar, na medida do possível, a liquidação extrajudicial, mantendo, porém, até a solução final, a responsabilidade dos dirigentes que respondem, com seu próprio patrimônio, pelos erros cometidos.

Acreditamos que, quaisquer que sejam as conseqüências, estes princípios de base deveriam ser resguardados.

Poder-se-ia admitir que o Banco Central, em caso de intervenção, garantisse os depósitos à vista, o que seria uma maneira eficiente de honrar seu aval moral e de evitar que a desconfiança do público se traduzisse por uma redução dos depósitos à vista. Não nos parece, entretanto, que a mesma garantia deva ser oferecida a outros tipos de títulos, se se considerar que, muitas vezes, os subscritores desses papéis recebem juros acima do permitido. Mas, a nosso ver, o que não se pode permitir é que, a pretexto de salvar as instituições financeiras em geral, o Banco Central assumam uma parte do passivo de alguma destas instituições. Essa atitude representa uma espécie de estímulo à irresponsabilidade dos administradores, que deste modo podem, ao abrigo de sanções reais, cometer erros graves e faltas imperdoáveis. Tampouco nos parece correta a solução que consiste em oferecer vantagens a outras instituições para que assumam parte do passivo de uma instituição em crise - de liquidez." (ESP 24 Ago 74).

" Os jornais de ontem publicaram, também, um decreto que pode ser incluído na categoria dos exemplos de boa comunicação econômica, segundo os padrões adotados recentemente no País. Segundo o decreto, o governo poderá utilizar parte das reservas monetárias para recompor o patrimônio de instituições financeiras.

" O projeto - diz a exposição de motivos - (...) vi sa outorgar poderes ao Conselho Monetário Nacional para autorizar o Banco Central do Brasil a, em casos excepcionais, aplicar ditos recursos naquela - recomposição, bem como a assumir, total ou parcial mente, o passivo das instituições sob intervenção ou liquidação extrajudicial, possibilitando, em última análise o restabelecimento de confiança pública no sistema financeiro nacional."

Essa mensagem se presta, naturalmente, a uma leitura mais extensa e mais completa. Essa leitura con tradiz é claro, os discursos pronunciados, há alguns meses, pelo ministro da Fazenda, acerca da restauração, nos mercados financeiros, da figura do risco. Tudo isto é consequência do estilo de ação utilizado no caso Halls. Agora, o governo é levado a adotar uma atitude exatamente contrária àquela que pretendeu anunciar naquela intervenção, chegando ao extremo de instituir uma caixinha de emergência, oficialmente reconhecida por decreto, para impedir a repetição de situação desagradável. Mas seria necessário um decreto dessa natureza. O deu não não permite uma resposta afirmativa". (JT 30 Ago 74).

- Sustentação do Mercado Financeiro

" As intenções sociais do decreto são louváveis, mas algumas ressalvas importantes devem ser feitas. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que o risco é da essência do sistema de livre-empresa e que não se pode aboli-lo mesmo em um sistema tão sensível como o financeiro.

O decreto não deve, dessa forma, servir para resolver problemas ocasionados, pela má gestão das empresas, - com base na suposição, pura e simples, de que bancos ou quaisquer outras instituições financeiras "não quebram".

O dispositivo só deve ser usado, como diz o decreto, - em casos excepcionais, já que existem mecanismos para resolver problemas conjunturais que afetam a vida financeira das empresas, sem ser preciso dispor das reservas monetárias

Parece-nos que c) às autoridades - e especificamen-
te ao Banco Central - exercer uma fiscalização mais
apurada das atividades das instituições financeiras -
para evitar a necessidade de apelar a medidas extre-
mas. O controle deve ser sobretudo preventivo.

O que se tem observado ultimamente é que o governo só
intervém em instituições financeiras - aberta ou vela-
damente quando não há mais possibilidade de solução -
dentro da mesma estrutura empresarial.

Um melhor acompanhamento seria mais proveitoso não só
para o governo, como para as próprias instituições."

(G.M. 30 Ago 74).

c) Críticas ao Ministro da Indústria e Comércio

" Ontem às 11 horas da manhã foi inaugurada uma feira
em São Paulo, tão importante que até uma princesa veio
da Inglaterra para a inauguração. Pois bem. Nesse mo-
mento, o Ministro da Indústria e do Comércio (e a fei-
ra é de comércio e indústria), está no Pará. Pode? Cu-
riosidade: o Sr. Severo Gomes, Ministro da Indústria e
do Comércio, é grande investidor nessa área da SUDAN".

(T.IMP 24/25 Ago 74).

"INDECISÕES NA ECONOMIA"

RIO - Industriais do ramo de torrefação e moagem de
café nos últimos quinze dias em peregrinação a diver-
sos órgãos governamentais à procura de uma autorida-
de capaz de dar a palavra final sobre os preços do pro-
duto ao consumidor. Estimulados pelo governo, empre-
sários realizaram vultosos investimentos para prepara-
r uma infra-estrutura adequada às exportações de
soja, mas foram surpreendidos recentemente pela sus-
pensão das vendas externas.

Em um e outro caso, evidenciaram-se deficiências que
persistem no sistema de decisões governamentais. A
primeira é a descoordenação entre órgãos responsáveis
direta e indiretamente, pela política de preços e de
apoio industrial. A segunda é o conflito, entre a -
teoria e a prática, das intenções de fortalecer a em-
presa nacional, colocan^{do}a interna e externamente,
em condições de competir com as multinacionais e as
companhias estrangeiras.

No caso do café, a falta de entrosamento na área oficial chegou a extremos. Depois que o IBC anunciou ou a definitiva extinção do subsídio às indústrias de torrefação e moagem, que recebiam dos magros estoques da autarquia, pela metade do preço, 60% da matéria-prima utilizada, a SUPAB liberou os preços do café em pó para o consumidor. Atendia-se, assim, a uma antiga reivindicação dos torrefadores, que se cansaram de protestar contra o contínuo aumento dos preços do café na origem e um tabelamento incompatível com a elevação dos custos de produção. Mal chegara a produzir efeitos a resolução do IBC e da SUPAB o Ministério da Fazenda convocou os empresários para anunciar-lhes que, apesar da supressão do subsídio do IBC, os preços ao consumidor deveriam ficar como antes, para não afetar o programa anti-inflacionário. Colocados contra a parede, os industriais não tiveram outra saída senão aceitar a "proposta", obviamente demonstrando a inequívoca vontade de "colaborar" com as autoridades governamentais. (ESP 26 Jul 74).

9) Ministério da Agricultura

a) Principais críticas

São criticados a falta de estímulo visando à transferência da tecnologia industrial para o campo da agricultura (DSP 4 Jul).

Igualmente é censurada a falta de maior integração das bolsas de cereais ao sistema nacional de abastecimento (ESP 20 Jun).

b) Críticas ao "Ministro

"CRIADOR CONTESTA PAULINELLI"

Rebatendo as acusações do Ministro Aylsson Paulinelli, da Agricultura, segundo as quais os produtores não vinham cumprindo o acordo de cavalheiros feito em março, o Presidente da Associação dos Criadores de Nalore do Brasil, José Mário Junqueira, disse que "o ministro agiu como um bom mineiro, ao fazer uma estocagem em silêncio, facilitando assim as manobras dos frigoríficos multinacionais, para pressionar os produtores a pagar a arroba abaixo do estabelecido no acordo". Afirmou,

ANEXO-I
ANEXO-J
ANEXO-K

em seguida, que a Cacex não tem conhecimento oficial - da compra de 27 mil toneladas de carne do Uruguai, mas a "importação vem sendo feita oficialmente, para pressionar sobre o preço do boi gordo".

Mas com isso, sublinhou, o Ministério da Agricultura - só está beneficiando "os frigoríficos, que assim vão - conseguir uma cota maior para a exportação de carne enlatada".

Junqueira acentua que, "apesar de estar agindo de boa fé, o ministro Paulinelli está repetindo alguns erros do tempo de Delfim Netto. O mais sério deles é conceder a cota de exportação aos frigoríficos pelo sistema de tradição, quando o correto seria estabelecer as cotas na proporção do abate para o consumo interno".

Em sua opinião, as cotas para exportação de carne enlatada deveriam ser incluídas nas do produto "in natura", concedendo-se idênticas vantagens fiscais para ambos. "Atualmente - explica - a enlatada é isenta do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto de renda, o que beneficia exclusivamente os industriais".

Para o Presidente da Associação dos Criadores de Nelora, outro erro básico do Ministro da Agricultura foi não fazer com os produtores de insumos básicos necessários à pecuária, como o arame farpado, o mesmo "acordo de cavalheiros" feito com os pecuaristas, para que não aumentassem seus preços.

"Como poderíamos cumprir um acordo feito em março-pergunta - quando os insumos necessários tiveram seus - preços majorados, encarecendo sensivelmente o custo da pecuária? Em alguns casos, como o arame, esses aumentos foram superiores a 80 por cento".

Junqueira diz esperar que o Ministro da Agricultura não repita o erro de Delfim Netto, que concedeu aos frigoríficos multinacionais um crédito de 200 milhões de cruzeiros para a engorda do boi, com recursos desviados do PIS e a juros negativos". Como os frigoríficos não tinham condições de promover a engorda - explica - usaram esse dinheiro para pressionar sobre o preço do boi. "Além disso - acrescenta - o fato revoltou os produtores que, há 15 anos, não conseguem financiamento desse tipo, um incentivo à engorda. Os créditos do Banco do Brasil são somente para a criação".

José Mário Junqueira apóia Paulinelli quanto à necessidade de elaboração de um Plano Nacional para o Desenvolvimento da Pecuária. No seu entender, o planejamento deve ser feito a longo prazo, com aplicação mínima de dez anos. De outra forma, concluiu, "teríamos medidas de emergência, que só servem para deixar o pecuarista em constante tensão, pois o que se estabelece hoje é desfeito amanhã". (ESP 28 Jun 74).

"CRÍTICAS A PAULINELLI PELA PROTEÇÃO AOS GRANDES FRIGORÍFICOS

DISCRIMINAÇÃO

Para José Mário Junqueira, o Ministério da Agricultura continua defendendo as empresas multinacionais, porque este ainda preserva o critério de tradição, no qual só podem exportar as empresas que vá vinham exportando nos anos passados. Outra afirmação dele indicou que aquele ministério só vem concedendo audiências a representantes das empresas multinacionais, esquecendo-se dos empresários nacionais, no que considerou uma discriminação inconcebível.

"Não há diálogo entre os pecuaristas e o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli porque este não admite as punições impostas aos frigoríficos nacionais - acrescentou - representam manobra monopolista para liquidar com as empresas nacionais no setor de carne".

Ressaltou também que a Anglo e outras empresas já foram condenadas pela lei antitruste dos Estados Unidos, que as considerou nocivas à economia americana, mas no entanto elas continuam aplicando a mesma política no Brasil.

Em sua opinião, a SUNAB não pune as empresas multinacionais, porque atualmente o quartel-general dessas empresas passou do Ministério da Fazenda - da época do Professor Delfin Netto - para o Ministério da Agricultura, do Ministro Alysson Paulinelli. Concluindo afirmou que houve solicitações da SUNAB sobre informações das infrações praticadas pelas multinacionais e também na necessidade das empresas nacionais num tratamento igual ao concedido às multinacionais". (T.S. 07 Ago 74).

ANEXO - I ANEXO - J ANEXO - K

"FAESP FAZ PREVISÃO PESSIMISTA"

Um quadro "bastante desfavorável" da agricultura brasileira foi o que o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Odilo Antunes de Siqueira, apresentou ontem, em São Paulo, ao analisar as últimas atuações do setor. Para ele, as enfóricas previsões contidas nos últimos pronunciamentos do Ministro Alysson Paulinelli só serão viáveis "se as medidas anunciadas forem realmente efetivadas, e com o máximo de urgência, pois o início do plantio está próximo." (ESP 30 Ago 74).

10) Ministério da Justiça

Não foram registradas críticas a esse Ministério. Pelo contrário, foi muito elogiado, nos dois primeiros meses do atual Governo, sua atuação junto aos parlamentares, possibilitando ao Congresso uma participação na realidade nacional.

11) Ministério das Relações Exteriores

Não foram registradas críticas à atuação do Ministério das Relações Exteriores. Esse Ministério tem sido bastante elogiado pelo pragmatismo responsável, reatando relações com a República Popular da CHINA, elevando à categoria de embaixadas as legações da HUNGRIA, BULGÁRIA e ROMÊNIA, assinando tratados comerciais com a POLÍVIA e o PAPA GUAI e tornando bem vinda a aproximação com os árabes e os países da ÁFRICA NEGRA, como demonstrou o episódio de independência da GUINÉ BISSAU, aprovado com antecipação pelo BRASIL.

12) Ministérios Militares

Não foram registradas críticas aos Ministérios acima mencionados.

AGÊNCIA CURITIBA

1) No PARANÁ

Praticamente inexistem críticas feitas diretamente aos Ministros do Governo. As apreciações feitas, dizem respeito a descontentamentos, verificados nas áreas de competência das referidas autoridades e que são assinaladas por evidenciarem uma forma indireta de crítica, assim manifestadas, em síntese:

Ministério da Agricultura:

- Durante reunião de agricultores em FOZ DO IGUAÇU, o Ministro sugeriu aos produtores a venda do soja, para evitar futuros prejuízos e, tendo os preços variado, para maior, houve descontentamento dos agricultores.

Ministério da Educação e Cultura:

- As principais críticas dizem respeito a:
 - Ensino pago;
 - Decreto Lei nº 477;
 - Demora na implantação da Reforma Universitária, etc.

Ministério da Previdência e Assistência Social:

- As principais críticas, tem sido no setor do INPS, notadamente quanto ao atendimento médico e o baixo valor pago aos aposentados e pensionistas. A demora que sofreu para entrar em funcionamento no PARANÁ o Hospital adquirido pelo INPS e que continua sofrendo o Hospital adquirido em SANTA CATARINA, tem motivado críticas da imprensa.

2) Em SANTA CATARINA

- Em reunião realizada no dia 05/06/74, no Salão Paroquial da cidade de CAMPOS NOVOS/SC, pela Ala Jovem do MLB, o Dep. Federal/SC JAISON BARRETO, falou sobre saúde e Previdência Social e criticou os Governos Federal e Estadual, os ex-Ministros DELFIN NETO e MARIO ANDREAZZA, Presidente do Banco do Brasil NESTOR JOST, além de outras críticas quanto à situação da classe médica, ensino e estradas.

Na referida reunião houve as seguintes críticas:

- Críticas ao atual Governador no tocante a diversos setores da administração e quanto ao processo para a indicação do novo Governador do Estado.

- Críticas ao Governo Federal, atuais Ministros da Educação, da Justiça e ex-Ministros dos Transportes, Fazenda e Presidente do Banco do Brasil.
 - Críticas e diversos setores Federais e Estaduais.
 - Críticas quanto ao processo eleitoral no tocante a Governadores, Prefeitos de Capitais e Municípios de interesse à Segurança Nacional.
- Na reunião do MDB em CAMPOS NOVOS/SC, o Sr PEDRO IVO CAMPOS, Prefeito de Joinville/SC, criticou a inflação e o salário mínimo, e explicou que por ser oficial do Exército não quer dizer que precisa ser PAFANÁ, que é do MDB, porque o seu pensamento é livre, por isso procurou o partido certo. EVILÁSIO VIZIRA, candidato ao Senado pelo MDB/SC, criticou o Governo no tocante aos incentivos fiscais, dizendo que o Governo aplica nas indústrias multinacionais, deixando as / outras num plano inferior.
- 3) Tanto no PAFANÁ, como em SANTA CATARINA, houve comentários públicos, sobre divergências de informações entre os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, quanto ao preço de combustível.
- O Ministro MARIO HENRIQUE SIMONSEN, estabelecia novos preços, enquanto que o Ministro SHIGEKI UEKI, afirmava que os preços permaneciam estabilizados, desde que o consumo permanecesse / nas bases atuais.
- Até onde foi possível a ACT/SNI avaliar, todos os Ministros / do Governo, gozam pessoalmente de bom conceito perante a maioria da opinião pública da área.

AGÊNCIA PORTO ALEGRE

Selecionamos as seguintes:

- RUCCHIEDO manifesta aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, / sua desconformidade com a medida do Governo que suspende as exportações de soja, exatamente, no momento em que a cotação do / produto vem subindo no mercado internacional. (04 JUL 74)
- Presidente da Bolsa de Valores (RS) diz que as medidas do Governo para estimular o mercado de ações, não tiveram resultados positivos, tendo ocorrido, inclusive, uma queda na cotação dos RE péis. Defende a necessidade de uma campanha promocional, pois o investidor permanece indiferente ao mercado, traumatizado pelo malogro da Bolsa, ocorrido em 1971. (04 JUL 74)
- Dep Fed VASCO AMARO DA SILVEIRA (ARENA/RS) critica a fixação de melhores preços para o arroz do Brasil Central, dizendo que a lavra gaúcha tem um custo de produção mais alto e que os produtores do RGS contribuem com 25% da produção nacional de arroz. / 7 (31 JUL 74)
- Presidente da Federação da Agricultura no RGS, critica a importação de carne da FRANÇA, no momento em que existe grande volume de carne estocada esperando comercialização. Considera mais um ato do Governo que vem em desestímulo à produção nacional. (03 AGO 74)
- JOSÉ MARIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, pecuarista e presidente da Associação dos Criadores de Gado Nelore do Brasil, critica o Min da Agricultura por defender certos frigoríficos multinacionais, que vendem carne acima da tabela, não sendo punidos. Mostrou-se surpreso pela não inclusão do frigorífico ANGLO na lista das empresas punidas pelo Min da Fazenda, com o corte de crédito, por de s obediência aos preços estabelecidos em acordo entre fazendeiros, industriais e Governo. (07 AGO 74)
- Presidente do Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais do RGS, considerou inoportuna a liberação de mais de 300 mil t de soja em grão para a exportação, o que pode ocasionar a falta de matéria-prima para as indústrias. (21 AGO 74)
- Em PORTO ALEGRE/RS, a notícia de um novo aumento dos derivados de petróleo foi recebida com surpresa, pois, dias antes, o Min de Minas e Energia praticamente negou um reajuste de preços. (23 AGO 74)
- Fontes ligadas ao setor do comércio de carne estranharam a aquisição de carne do URUGUAI, uma vez que o RGS está perfeitamente abastecido, pois, além das 15 mil t estocadas para esse fim, as indústrias e cooperativas têm, ainda, 10 mil t que não conseguiram vender no exterior. (26 AGO 74)
- VASCO AMARO (ARENA/RS), pediu ao Pres da República que reúna / seus colaboradores e exija deles uma confissão, que digam se é possível estimular a produção restringindo os meios de pagamento. "Estamos - disse - quase a iniciar a semeadura do arroz e muitos agricultores não dispõem de recursos sequer para adquirir o "die sel" para lavar. E, com a demora em financiar, estamos prejudicando a produção e a produtividade". (28 AGO 74)
- Os meios jurídicos e a classe dos advogados do RS, está represen

ANEXO - I ANEXO - J ANEXO - R

representada pela Seção e Sub-Seções da OAB, manifestaram oposição ao Dec nº 74.000, de 01 MAI 74, que vincula a Ordem dos Advogados do Brasil ao Ministério do Trabalho. Em cumprimento de decisão do Conselho Seccional da OAB/RS, o Presidente JUSTINO VASCONCELOS enviou telegrama ao Presidente do Conselho Federal declarando sua mais veemente oposição ao que chamou de "mal inspirado decreto, fruto de evidente inadvertência da assessoria ministerial", porque "é manifesta sua ilegalidade, inconstitucionalidade e incompatibilidade com o regime democrático". (Ver Info nºs 155/17/74/APA e 265/17/APA/74 de 05 MAI e 12 AGO, respectivamente, tudo do corrente ano)

Pelo que vem sendo observado, as críticas não são dirigidas aos Ministros pessoalmente, envolvendo seus conceitos, mas dizem respeito a decisões ministeriais que, no entender dos que as emitem, não atendem aos reais interesses de alguns setores, principalmente no que tange aos produtos base da economia riograndense, sua política de preços, transporte, comercialização, etc.

ANEXO-I ANEXO-J ANEXO-K